Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações
Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2021 e 2020

KPDS 1025831

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 3
1. A NEOENERGIA SOBRAL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A 3
1.1. Estrutura Societária 3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL 3
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO 4
3.1. Subestação em construção 4
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS 4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA 4
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 4
6.1. Resultado Econômico Financeiro 5
7. ESTRUTURA DE CAPITAL 5
7.1. Perfil da Dívida 5
DISCLAIMER 5

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

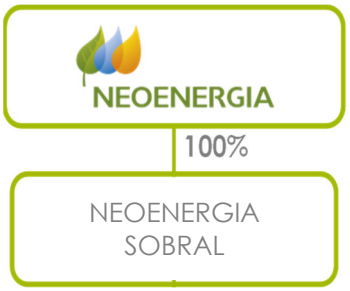
Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA SOBRAL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

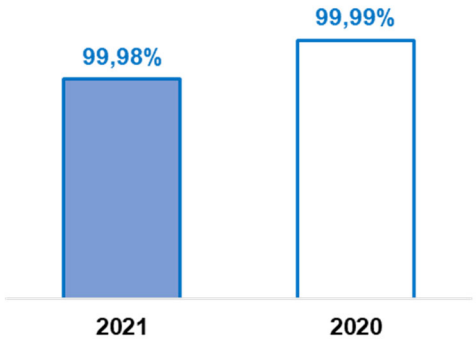
Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Ceará, compostas pelo Compensador Estático de Reativos em 500kv na SE Sobral III, -150/+250MVA; conexão do CER, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial.

Em 2021, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,98% (99,99% em 2020). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2021, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Sobral III (COMPARTILHADA)	-	500kV	-	11/02/2021	11/08/2047

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Subestação - Evolução Física e Investimentos				
Subestação	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2019 (R$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R$ Mil)*
SE Sobral III (COMPARTILHADA)	100%	52.354	100%	4.900

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Companhia iniciou sua operação comercial em janeiro de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R$14.634 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R$ mil)	2021	2020	2021 X 2020 R$	2021 X 2020 %
Receita Bruta	**15.745**	**12.890**	**2.855**	**22%**
Deduções da Receita Bruta	(1.457)	(1.193)	(264)	22%
Custo Não Gerenciável	(207)	(154)	(53)	34%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	**14.081**	**11.543**	**2.538**	**22%**
Custo Gerenciável	(2.027)	(2.330)	303	-13%
Amortização / Depreciação	(2.943)	(2.451)	(492)	20%
Resultado da Atividade	**9.111**	**6.762**	**2.349**	**35%**
EBITDA	**12.054**	**9.213**	**2.841**	**31%**
Resultado Financeiro	(6.139)	(2.993)	(3.146)	105%
Lucro Antes dos Impostos	**2.972**	**3.769**	**(797)**	**-21%**
IR e CSLL	(1.763)	1.211	(2.974)	-246%
Lucro (Prejuízo) do Período	**1.209**	**4.980**	**(3.771)**	**-76%**

A Receita Bruta da Companhia em 2021 apresentou aumento de R$ 2.855 mil (variação positiva de 22%) em comparação ao ano de 2020.

Os custos gerenciáveis registraram uma redução de 12% no ano, quando comparado com 2020. Esta variação é principalmente pelo reflexo da redução das despesas com pessoal.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi negativo em 2021 em R$6.139 mil, sendo R$196 mil referentes a receitas financeiras e R$6.335 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro de R$1.209 mil e EBITDA positivo de R$12.054 mil.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R$ 43.607 mil (dívida líquida R$ 39.977 mil), apresentando redução de 6% em relação a dezembro de 2020, quando a dívida bruta foi de R$ 46.459 mil (dívida líquida R$ 33.753 mil).

Em dezembro de 2021, a Companhia contava com 6% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 94% no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Sobral, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Sobral e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Sobral.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Sobral sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia Elétrica S.A

Rio de Janeiro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa n° 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outros assuntos

A Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

BALANÇO PATRIMONIAL 10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS 11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE 12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 13
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA 14
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL 15
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES 15
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 18
4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS 19
5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 20
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 20
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 21
8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS 22
9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 23
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS 25
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS 26
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 27
13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 28
14. PESSOAL E ADMINISTRADORES 29
15. RESULTADO FINANCEIRO 29
16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 29
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS 30
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO 32

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativos			
Ativo circulante		**5.504**	**14.238**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	2.124	11.262
Concessionárias e permissionárias	**7**	1.645	1.484
Tributos compensáveis	**8.3**	1.346	1.105
Despesas pagas antecipadamente		98	30
Outros ativos		291	357
Ativo não circulante		**74.210**	**78.023**
Títulos e valores mobiliários		1.506	1.444
Tributos compensáveis	**8.3**	12	12
Tributos diferidos	**8.2**	-	1.262
Imobilizado	**9**	72.688	75.297
Intangível	**9**	4	8
Total do ativo		**79.714**	**92.261**
Passivo			
Passivo circulante		**10.188**	**18.945**
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	**10**	587	1.285
Empréstimos e financiamentos	**11**	2.767	3.114
Obrigações sociais e trabalhistas		140	102
Tributos	**8.4**	333	597
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	**12.2**	6.187	3.361
Encargos setoriais	**8.4**	53	19
Contas a pagar de operações de mútuo	**16.1**	-	10.154
Outros passivos		121	313
Passivo não circulante		**41.395**	**43.404**
Empréstimos e financiamentos	**11**	40.840	43.345
Tributos diferidos	**8.2**	501	-
Encargos setoriais	**8.4**	53	46
Outros passivos		1	13
Total do Passivo		**51.583**	**62.349**
Patrimônio líquido	**12**		
Capital social		30.232	30.232
Reservas de lucros		60.733	55.484
Prejuízos acumulados		(62.834)	(56.978)
Proposta para distribuição de dividendos		-	1.174
Total do patrimônio líquido	**18.6**	**28.131**	**29.912**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**79.714**	**92.261**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	2021	2020
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		**15.745**	**12.890**
Disponibilização do sistema de transmissão	**13**	15.745	12.890
Tributos	**13**	**(1.457)**	**(1.193)**
PIS		(260)	(213)
Cofins		(1.197)	(980)
Encargos - Parcela "A"	**13**	**(208)**	**(154)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(141)	(115)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(67)	(39)
Receita líquida	**13**	**14.080**	**11.543**
Resultado antes dos custos gerenciáveis		**14.080**	**11.543**
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(4.969)**	**(4.781)**
Pessoal e administradores	**14**	(745)	(983)
Material		18	(173)
Serviços de terceiros		(556)	(451)
Arrendamento e aluguéis		(18)	(39)
Tributo		(13)	(95)
Provisões líquida - PCLD		12	(28)
Depreciação e amortização		(2.943)	(2.451)
Outros gastos operacionais		(724)	(561)
Resultado da Atividade		**9.111**	**6.762**
Resultado Financeiro	**15**	**(6.139)**	**(2.993)**
Receitas financeiras		196	294
Despesas financeiras		(6.373)	(3.289)
Outros resultados financeiros, líquidos		38	2
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**2.972**	**3.769**
Despesa com impostos sobre os lucros	**8.1**	(1.763)	1.211
Lucro líquido do exercício		**1.209**	**4.980**
Lucro por ação			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,04	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.209**	**4.980**
Outros Resultados Abrangentes		
Hedges de fluxo de caixa	-	108
Efeito de Imposto de Renda	-	(37)
Resultado abrangente do exercício	**1.209**	**5.051**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros						
	Capital Social	Reservas legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**30.232**	**2.087**	**38.923**	**726**	(71)	(43.210)	**-**	**28.687**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.980	-	4.980
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	71	-	-	71
Distribuição de dividendos	-	-	-	(726)	-	-	-	(726)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	937	-	-	-	(937)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	7.215	-	-	(7.215)	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	6.322	-	(6.322)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(3.100)	-	(3.100)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(1.174)	1.174	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**30.232**	**3.024**	**46.138**	**6.322**	**-**	**(56.978)**	**1.174**	**29.912**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.209	-	1.209
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.174)	(1.174)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	353	-	-	-	(353)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	(555)	-	-	555	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	5.451	-	(5.451)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.100)	-	(1.100)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(716)	-	(716)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**30.232**	**3.377**	**45.583**	**11.773**	**-**	**(62.834)**	**-**	**28.131**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**1.209**	**4.980**
Ajustado por:	**10.837**	**12.096**
Depreciação e amortização	2.943	2.451
Tributos sobre o lucro	1.763	(1.211)
Resultado financeiro, líquido	6.131	2.993
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis	-	7.863
Variações de ativos e passivos:		
Concessionárias e permissionárias	(160)	(1.484)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(869)	(2.088)
Obrigações sociais e trabalhistas	38	(13)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(594)	828
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	-	(15)
Outros ativos e passivos, líquidos	(206)	(365)
Caixa líquidos oriundo das operações	**10.255**	**13.939**
Encargos de dívidas pagos	(6.456)	(2.104)
Instrumentos derivativos pagos		(32)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	203	307
Tributos sobre o lucro pagos	(35)	(615)
Caixa oriundo das atividades operacionais	**3.967**	**11.495**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(120)	(12.151)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(62)	(38)
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(182)**	**(12.189)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(2.346)	-
Mútuos recebidos (aplicados)	(10.577)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamento	**(12.923)**	**-**
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(9.138)**	**(694)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	11.262	11.956
Caixa e equivalentes no final do exercício	**2.124**	**11.262**
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	209	1.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. (“Neoenergia Sobral” ou “Companhia”) está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Ceará, compostas pelo Compensador Estático de Reativos em 500kv na SE Sobral III, -150/+250MVA; conexão do CER, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia iniciou sua operação comercial em janeiro de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R$14.634, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

2.1. Corona vírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2.3. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

2.3.1. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

2.3.2. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11.1).

2.3.3. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. Esse risco é proveniente principalmente de valores a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Banco Itaú	AA		AAA
Banco do Nordeste		AAA	AA

2.4. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada em reais mil
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	54.226

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 18, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de março de 2022, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7	Perdas de crédito esperadas
8.2	Tributos sobre o lucro diferidos
17	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

3.5. Novas normas e interpretações não vigentes

O Despacho ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, aprovou a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE na dimensão procedimental, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as principais alterações na versão 2022 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, e não espera impactos relevantes nas Demonstrações Regulatórias do exercício seguinte.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020, originalmente emitidas em 30 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	Ref.	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Lucro líquido do exercício		**4.980**	**-**	**4.980**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		**12.096**	**-**	**12.096**
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		(1.085)	(1.003)	(2.088)
Outros		(1.049)	-	(1.049)
Caixa líquidos oriundo das operações	**(a)**	**14.942**	**(1.003)**	**13.939**
Outros		(2.444)	-	(2.444)
Caixa oriundo das atividades operacionais		**12.498**	**(1.003)**	**11.495**
Aquisição de imobilizado e intangível	**(a)**	(13.154)	1.003	(12.151)
Outros		(38)	-	(38)
Utilização de caixa em atividades de investimento		**(13.192)**	**1.003**	**(12.189)**
Geração de caixa em atividades de financiamento		**-**	-	**-**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**(694)**	**-**	**(694)**

(a) A Administração da Companhia avaliou a apresentação no exercício de 2020 dos investimentos que não envolveram caixa e efetuou a reclassificação para o grupo de atividades operacionais.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	67	13
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	871	-
Fundos de investimento	1.186	11.249
	2.124	**11.262**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2021			2020		
	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.661	(16)	1.645	1.512	(28)	1.484
	1.661	**(16)**	**1.645**	**1.512**	**(28)**	**1.484**

Descrição	Valores Correntes							
	Corrente a vencer	Corrente Vencida				Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total 2021	Total 2020
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.640	3	1	7	10	(16)	1.645	1.484
Total	**1.640**	**3**	**1**	**7**	**10**	**(16)**	**1.645**	**1.484**

7.1. Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

8.1. Tributos sobre o lucro

8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**2.972**	**3.769**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.010)	(1.281)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	375	1.054
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(1.128)	1.438
Tributos sobre o lucro - diferidos	**(1.763)**	**1.211**

8.2. Tributos diferidos

	IR/CSLL	
Ativo	**2021**	**2020**
Provisão participação nos lucros e resultados	267	226
Prejuízo fiscal e base negativa	3.243	3.079
Outros	306	408
Total diferenças temporárias - ativo	**3.816**	**3.713**
Passivo (-)		
Custo proporcional da RAP reconhecida	(9.768)	
Amortização e depreciação regulatória	5.368	
Outros	(891)	-
Total diferenças temporárias - passivo	**(5.291)**	**-**
Total diferenças temporárias - líquido	**(1.475)**	**3.713**
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	**(501)**	**1.262**

8.3. Tributos compensáveis

	2021	2020
Tributos compensáveis		
Imposto de renda – IR	1.107	845
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	233	254
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	13	13
Outros	5	5
	1.358	**1.117**
Circulante	1.346	1.105
Não circulante	12	12

8.4. Outros tributos e encargos setoriais

	2021	2020
Outros tributos		
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	10	3
Programa de integração social – PIS	22	19
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	101	88
Instituto nacional de seguridade social - INSS	19	17
Impostos e contribuições retidos na fonte	177	468
Outros	3	3
	332	**598**
Encargos setoriais a recolher		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	53	46
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica – TFSEE	5	6
Ministério de minhas e energia – MME	5	4
Conta de desenvolvimento energético - CDE	34	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	10	8
	107	64
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	**439**	**662**
Circulante	386	616
Não circulante	53	46

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	**77.683**	**-**	**-**	**-**	**77.683**	**-**	**(5.380)**	**72.303**	**75.239**
Terrenos	203	-	-	-	203	-	-	203	203
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.674	-	-	-	5.674	-	(376)	5.298	5.503
Máquinas e equipamentos	71.756	-	-	-	71.756	-	(4.991)	66.765	69.489
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-		-	-	-
Veículos	50	-	-	-	50	-	(13)	37	44
Administração	**10**	**-**	**-**	**-**	**10**	**-**	**(8)**	**2**	**4**
Veículos	-	-	-	-	-		-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	10	-	(8)	2	4
Subtotal	**77.693**	**-**	**-**	**-**	**77.693**	**-**	**(5.388)**	**72.305**	**75.243**
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	**(51)**	**325**	**-**	**-**	**274**	**325**	**-**	**274**	**(51)**
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.026	-	-	-	2.026	-	-	2.026	2.026
Máquinas e equipamentos	(2.057)	325	-	-	(1.732)	325	-	(1.732)	(2.057)
Móveis e utensílios	30	-	-	-	30	-	-	30	30
Veículos	(50)	-	-	-	(50)	-	-	(50)	(50)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	105	4	-	-	109	4	-	109	105
Veículos	50	-	-	-	50	-	-	50	50
Máquinas e equipamentos	55	4	-	-	59	4	-	59	55
Subtotal	**54**	**329**	**-**	**-**	**383**	**329**	**-**	**383**	**54**
Total do ativo imobilizado	**77.747**	**329**	**-**	**-**	**78.076**	**329**	**(5.388)**	**72.688**	**75.297**

A composição do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	22	-	-	-	22	-	(18)	4	8
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	22	-	-	-	22	-	(18)	4	8
Total do ativo intangível	**22**	**-**	**-**	**-**	**22**	**-**	**(18)**	**4**	**8**

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

		2021			2020
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	4,02%	77.705	(5.398)	72.307	75.247
Administração					
Custo histórico	6,25%	10	(8)	2	4
		77.715	**(5.406)**	**72.309**	**75.251**
Em curso					
Transmissão	0,00%	274	-	274	(51)
Administração	0,00%	109	-	109	105
		383	**-**	**383**	**54**
		78.098	**(5.406)**	**72.692**	**75.305**

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	3,13%
Religadores	4,00%
Adminstração	
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	1.195	(866)	329
Total das Adições	**1.195**	**(866)**	**329**

10.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2021	2020
Materiais e serviços	587	1.285
Total	**587**	**1.285**
Circulante	587	1.285

11.EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Abertura do endividamento - R$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freqüência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo				
																2023	2024	2025	2026+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	**262**	**2.505**	**40.840**	**43.607**												**212**	**2.539**	**2.539**	**35.550**	**40.840**
ET15_DIV_BNB_2019.08	262	2.505	40.840	43.607	Sim	43.686	Não há	IPCA	-	44.576	Mensal	44.576	50.787	Mensal	SAC	212	2.539	2.539	35.550	40.840

Financiamento obtido para a aquisição de CAPEX amortizado em até 218 parcelas, com término em janeiro de 2039.

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Saldo Total
Ativos Financeiros	**2.124**
Caixa e Aplicações Financeiras	2.124

Para o quadro acima considera-se como ativo financeiro apenas o caixa e equivalentes de caixa.

11.2. Composição do endividamento e dívida líquida - R$ Mil

RESUMO	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida bruta	**262**	**2.505**	**40.840**	**43.607**	**56.613**
Financ. / Emprést. moeda nacional	262	2.505	40.840	43.607	46.459
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.154**
Ativos Financeiros	-	(2.124)	-	(2.124)	(11.262)
Alta liquidez	**-**	**(2.124)**	**-**	**(2.124)**	**(11.262)**
Dívida líquida	**262**	**381**	**40.840**	**41.483**	**45.351**

11.3. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$30.232, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 30.232.218 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R$
Neoenergia S.A.	30.232	100%	30.232
Total	**30.232**	**100%**	**30.232**

12.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.209	4.980
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	30.232	30.232
Lucro básico e diluído por ação – R$	**0,04**	**0,16**

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido societário do exercício	**7.065**	**18.748**
Reserva legal	(353)	(937)
Destinação para reserva de lucros a realizar	555	(7.215)
Lucro líquido societário ajustado	**7.267**	**10.596**
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(5.451)	(6.322)
Lucro líquido societário a distribuir	**1.816**	**4.274**
Natureza da remuneração:		
Mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado)	(1.816)	(2.649)
Dividendos adicionais propostos	-	(1.625)
	(1.816)	**(4.274)**

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2021	2020
Saldo em 1º janeiro	**3.361**	**-**
Dividendos declarados [1]	1.175	726
Dividendos mínimos obrigatórios	716	-
Juros sobre capital próprio declarados [2]	1.100	3.100
Imposto de renda retido na fonte	(165)	(465)
Saldo em 31 de dezembro	**6.187**	**3.361**

[1] Em abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$1.175.

[2] Em dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado juros sobre o capital próprio no montante de R$1.100 a serem pagos até 31 de dezembro de 2022.

12.3. Reserva de lucros

c) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

d) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

e) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

12.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

13.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Ref.	2021	2020
Receita operacional			
Receita de transmissão – Rede Básica	(a)	15.745	12.890
Deduções à receita			
PIS / COFINS		(1.457)	(1.193)
Encargos- Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(141)	(115)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(67)	(39)
		14.080	**11.543**

(a) A receita de transmissão – Rede Básica é relacionadas à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 44/2017 – Linha de Transmissão e são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados.

13.1. Política Contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA).

14.PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2021	2020
Remuneração	(411)	(449)
Encargos	(140)	(212)
Previdência privada - Corrente	(23)	(20)
Rescisões	(1)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(42)	(163)
Outros benefícios - Corrente	(128)	(139)
Total	**(745)**	**(983)**

15.RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	203	307
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(12)	(16)
Atualização de depósitos judiciais	-	3
Outras receitas financeiras	5	23
	196	**317**
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(5.950)	(3.212)
Atualização de provisões para processos judiciais	-	(9)
Outras despesas financeiras	(423)	(615)
	(6.373)	**(3.836)**
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	38	2
	38	**2**
Resultado financeiro, líquido	**(6.139)**	**(3.517)**

16.SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) contratos de O&M.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2021	2020
Ativo		
Contas a receber e outros	230	192
Compartilhamento de pessoal	-	40
	230	**232**
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	78	-
Mútuo	-	10.180
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.187	3.361
Compartilhamento de pessoal	30	266
	6.295	**13.807**

16.2. Transações com partes relacionadas

	2021			2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida (a)	2.081	-	2.081	1.626	-	1.626
Custos dos serviços (b)	(297)	-	(297)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas (c)	(191)	-	(191)	(426)	-	(426)
Resultado financeiro líquido	-	(113)	(113)		(281)	(281)
	1.593	**(113)**	**1.480**	**1.200**	**(281)**	**919**

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

(a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IGP-M.

(b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M.

(c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

16.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17.CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

		2021		2020	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimo e recebíveis		**938**	**938**	**40**	**40**
Caixa e equivalentes de caixa		938	938	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	40	40
Mensurados pelo custo amortizado		**3.167**	**3.167**	**2.956**	**2.956**
Títulos e valores mobiliários		1.506	1.506	1.444	1.444
Concessionárias e permissionárias		1.661	1.661	1.512	1.512
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**1.186**	**1.186**	**11.262**	**11.262**
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.186	1.186	11.262	11.262
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**44.305**	**44.305**	**58.251**	**58.251**
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		587	587	1.285	1.285
Empréstimos e financiamentos	2	43.607	43.607	46.459	46.459
Outros passivos financeiros		111	111	10.507	10.507

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

17.2. Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

17.3. Métodos e técnicas de avaliação

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

17.4. Gestão de riscos financeiros operacionais

Na política de riscos financeiros, além de demais diretrizes abordadas, estão definidas as diretrizes para proteção do risco cambial, risco de taxa de juros e de utilização de instrumentos derivativos, estabelecendo níveis adequados de risco. A política de riscos operacionais em transações de mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

17.5. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	3.564	308	(77)	(154)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(44.127)	(5.995)	(1.215)	(2.431)

18.CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balanços patrimoniais

		2021			2020		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		**5.504**	**13.921**	**19.425**	**14.238**	**12.167**	**26.405**
Caixa e equivalentes de caixa		2.124	-	2.124	11.262	-	11.262
Concessionárias e permissionárias	**18.3**	1.645	(13)	1.632	1.484	-	1.484
Tributos compensáveis		1.346	-	1.346	1.105	-	1.105
Concessão do serviço público (ativo contratual)	**18.1**	-	13.933	13.933	-	12.167	12.167
Despesas pagas antecipadamente		98	-	98	30	-	30
Outros ativos circulantes		291	1	292	357	-	357
Ativo não circulante		**74.210**	**96.748**	**172.256**	**78.023**	**90.935**	**168.958**
Títulos e valores mobiliários		1.506	-	1.506	1.444	-	1.444
Tributos compensáveis		12	-	12	12	1	12
Tributo diferido		-	-	-	1.262	(1.262)	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	**18.1**	-	170.355	170.355	-	167.390	167.390
Imobilizado	**18.1**	72.688	(72.309)	379	75.297	(75.193)	104
Intangível		4	-	4	8	-	8
Total do ativo		**79.714**	**111.967**	**191.681**	**92.261**	**103.102**	**195.363**
Passivo							
Passivo circulante		**10.188**	**-**	**10.188**	**18.945**	**-**	**18.945**
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		587	-	587	1.285	-	1.285
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2.767	-	2.767	3.114	-	3.114
Obrigações sociais e trabalhistas		140	-	140	102	-	102
Tributos		333	-	333	597	-	597
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		6.187	-	6.187	3.361	-	3.361
Encargos setoriais		53	-	53	19	-	19
Contas a pagar de operações de mútuo		-	-	-	10.154	-	10.154
Outros passivos circulantes		121	-	121	313	-	313
Passivo não circulante		**41.395**	**49.133**	**90.528**	**43.404**	**46.124**	**89.528**
Empréstimos, financiamentos e debêntures		40.840	-	40.840	43.345	-	43.345
Tributos	**18.2**	-	17.047	17.047	-	16.609	16.609
Encargos setoriais		53	-	53	46	-	46
Tributos diferidos	**18.2**	501	32.086	32.587	-	29.515	29.515
Outros passivos não circulantes		1	-	1	13	-	13
Total do passivo		**51.583**	**49.133**	**100.716**	**62.349**	**46.124**	**108.473**
Patrimônio líquido							
Capital social		30.232	-	30.232	30.232	-	30.232
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros		60.733	-	60.733	55.484	-	55.484
Prejuízos Acumulados	**18.5**	(62.834)	62.834	-	(56.978)	56.978	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	1.174	-	1.174
Total do patrimônio líquido		**28.131**	**62.834**	**90.965**	**29.912**	**56.978**	**86.890**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**79.714**	**111.967**	**191.681**	**92.261**	**103.102**	**195.363**

Demonstração do resultado

	Notas	2021 Regulatório	2021 Ajustes	2021 Societário	2020 Regulatório	2020 Ajustes	2020 Societário
Receita / Ingresso		**15.745**	**4.732**	**20.477**	**12.890**	**23.809**	**36.699**
Disponibilização do sistema de transmissão	**18.1**	15.745	4.732	20.477	12.890	23.809	36.699
Tributos		**(1.457)**	**(438)**	**(1.895)**	**(1.193)**	**(2.202)**	**(3.395)**
PIS	**18.2**	(260)	(78)	(338)	(213)	(393)	(606)
Cofins	**18.2**	(1.197)	(360)	(1.557)	(980)	(1.809)	(2.789)
Encargos - Parcela "A"		**(207)**	-	**(207)**	**(154)**	-	**(154)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(141)	-	(141)	(115)	-	(115)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(66)	-	(66)	(39)	-	(39)
Receita líquida		**14.081**	**4.294**	**18.375**	**11.543**	**21.607**	**33.150**
Resultado antes dos custos gerenciáveis		**14.081**	**4.294**	**18.375**	**11.543**	**21.607**	**33.150**
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		**(4.970)**	**2.871**	**(2.099)**	**(4.781)**	**1.485**	**(3.296)**
Pessoal e administradores		(745)	-	(745)	(983)	(147)	(1.130)
Provisões líquida - PCLD	**18.3**	12	(13)	(1)	(28)	-	(28)
Material	**18.1**	18	(41)	(23)	(173)	(1.084)	(1.257)
Serviços de terceiros	**18.1**	(556)	15	(541)	(451)	(3.903)	(4.354)
Arrendamento e aluguéis		(18)	-	(18)	(39)	-	(39)
Tributo		(13)	-	(13)	(95)	-	(95)
Provisões líquidas – contingências		-	-	-	-	20	20
Depreciação e amortização	**18.4**	(2.943)	2.930	(13)	(2.451)	2.439	(12)
Outros gastos operacionais	**18.1**	(725)	(20)	(745)	(561)	4.160	3.599
Resultado da Atividade		**9.111**	**7.165**	**16.276**	**6.762**	**23.092**	**29.854**
Resultado Financeiro		**(6.139)**	-	**(6.139)**	**(2.993)**	**(524)**	**(3.517)**
Receitas financeiras		196	-	196	294	23	317
Despesas financeiras		(6.373)	-	(6.373)	(3.289)	(547)	(3.836)
Outros resultados financeiros, líquidos		38	-	38	2	-	2
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**2.972**	**7.165**	**10.137**	**3.769**	**22.568**	**26.337**
Despesa com impostos sobre os lucros	**18.2**	(1.763)	(1.309)	(3.072)	1.211	(8.800)	(7.589)
Lucro líquido do exercício		**1.209**	**5.856**	**7.065**	**4.980**	**13.768**	**18.748**
Lucro por ação		0,04		0,23	0,16		0,62

18.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem

de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica "Remuneração do ativo contratual", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um "Ativo de Contrato".

18.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos referem-se aos efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos entre a contabilidade regulatória e societária, principalmente pela eliminação na contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC47(vide nota 18.1)

18.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ajustes decorrentes da eliminação dos efeitos do pronunciamento técnico CPC 48, referente ao reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre saldos a vencer de clientes na contabilidade societária.

18.4. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

18.5. Lucros (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

18.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Saldos PL conforme contabilidade societária	**90.965**	**86.890**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**(62.834)**	**(56.978)**
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	13	-
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(92.004)	(87.755)
Depreciação	(2.930)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	32.087	30.777
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	**28.131**	**29.912**

18.7. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro líquido societário do exercício	**7.066**	**18.748**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	**(5.856)**	**(13.768)**
Amortização juros a incorrer	-	548
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(4.248)	(20.677)
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	13	-
Diferenças de imobilizado	(2.930)	(2.439)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.309	8.800
Lucro líquido (prejuízo) do exercício regulatório	**1.209**	**4.980**